

FOLHA DE S. PAULO

CELso LIMONGI

Quando as instituições funcionam ou não...

**Nós, cidadãos, que votamos
para os parlamentares
decidirem, frustramos,
pois quem acaba por decidir
é o poder econômico**

15 JAN 2013

O Poder Executivo Federal, hipertrofiado, é tão poderoso que a) na sua função típica, administra a sociedade; b) mas também legisla, pois participa do processo legislativo, com o poder de sanção e veto; c) expede —e como!— medidas provisórias; d) em extenso rol de temas relevantíssimos, só ele, Executivo, detém a competência privativa para legislar, impedindo o Legislativo de fazê-lo; e) executa o Orçamento, fonte de barganhas; f) dispõe de milhares de cargos em comissão, outra fonte de barganhas; g) faz o Congresso Nacional deglutir os projetos de lei de interesse dele, Executivo.

E o Legislativo se submete, obediente, às injunções do Executivo e deixa de representar os interesses da massa popular. Os partidos políticos, que dariam voz ao povo, preocupam-se com seus próprios interesses. E nós, cidadãos, que votamos para deputado federal e senador, visando a que o Congresso Nacional decida, frustramos, pois ele não decide. E quem acaba por decidir, é o Banco Mundial ou o FMI ou o mercado, este deus selvagem que despreza a ética e o afeto.

Em suma, é o poder econômico (que manda no mundo) quem decide, e eis a suma ironia: votamos, para que o Congresso decida. Mas este não decide. Quem decide não foi por nós votado! Do que se infere que o cidadão esta cada vez mais distante do núcleo político das decisões, sem que o perceba, iludido por um sistema de dominação que dissimula o poder e explora seus semelhantes.

Como o Congresso não decide, e como chegam ao Judiciário processos sobre delicados temas, como o das relações homoafetivas e o do aborto, o Supremo Tribunal Federal (STF) não fugiu de sua responsabilidade, mas foi acusado de invasão da esfera legislativa. Ocorre que os ministros foram eleitos de forma indireta pelo povo: sua no-

meação decorre de ato conjunto do Executivo e do Legislativo.

Entrementes, o STF julgou o mensalão, e vimos que os ministros se empenharam em julgar com justiça, como de seu hábito, razão pela qual merecem veemente repúdio as tentativas de desqualificação desse julgamento, acoimado de “político”, esboçando-se, por iniciativa de certos setores políticos, uma reação orquestrada, que despreza a inteligência do povo.

Faça-se justiça: a tais condenações não se poderia chegar, se duas outras instituições não trabalhassem com inteligência e vontade: a Polícia Federal e o Ministério Público Federal (MPF), embora suas tarefas houvessem sido facilitadas pelas declarações de Marcos Valério e de Roberto Jefferson. A Polícia Federal, porém, alinhou as provas, trouxe-as para o MPF e este as apresentou ao Supremo.

Os magistrados reclamavam da inoperância dos órgãos da investigação e da persecução penal, antes da Constituição Federal de 1988. Para quem conhece o Judiciário, não foi surpresa a decisão condenatória emanada do STF, pois, havendo prova, os magistrados proferem decisões condenatórias, tanto que cumprem pena pessoas de prestígio, sem que o Judiciário tivesse interesse em dar publicidade a tais condenações.

E assim devem continuar os juízes, julgando sem arrogância, mas com humildade, ao passo que a imprensa, outra instituição garantidora da democracia, deverá manter-se comprometida com a verdade, impedindo a publicação de meias verdades ou inteiras mentiras, para que, no conjunto, as instituições tornem a sociedade menos infeliz...

FOLHA DE S. PAULO

CARLOS HEITOR CONY

O Supremo e o rapa

RIO DE JANEIRO- A foto do Cachoeira numa praia da Bahia, ao lado da mulher de biquíni, irritou o país inteiro, que vem acompanhando os processos do mensalão e da Operação Monte Carlo. Muita gente chegou a acreditar que se abriu para o Brasil uma nova idade de ouro, à espera de um Ovídio que a cante com todo o esplendor.

Apesar da eficiência e dignidade com que os dois escândalos foram julgados pelas autoridades comprometidas com o Estado de Direito, são remotas, para mim, a possibilidade do cumprimento das penas e multas.

O próprio Joaquim Barbosa, elogiadíssimo por sua atuação no Supremo, não se sentiu obrigado a mandar prender um deles “até que todos os recursos e embargos sejam examinados”.

Daqui a um ano, não haverá um só dos condenados preso em regime fechado ou aberto. As multas pecuniárias estabelecidas esbarrarão na realidade patrimonial da maioria deles, um ou outro talvez pagará o que ficou devendo à Justiça — pelo que consta, somente o Valério e o Cachoeira, podendo haver alguma surpresa a respeito dos demais.

Em todo o caso, a cassação dos direitos políticos de todos, ou de quase todos, poderá representar um tipo de pena que pagariam pelos malfeitos contra a nação. E, no plano moral, mesmo sem apelar para a Lei da Ficha Limpa, a maioria dos condenados ficaria impedida de disputar cargos eletivos ou empregos públicos e teria dificuldade de se estabelecer em empresas privadas, sobrando apenas o mercado informal. No qual, aliás, teriam boa habilitação para trabalharem informalmente. Todos possuem excelente currículo e experiência no ramo.

PS - Não estou sugerindo que venham acabar exercendo funções de camelô, quando teriam de enfrentar não mais o STF, mas o rapa da polícia.

15 JAN 2013

15 JAN 2013

FOLHA DE S. PAULO

Eliana Calmon deve ser primeira mulher a ocupar presidência do STJ

DE SÃO PAULO - A ex-corregedora de Justiça Eliana Calmon deve se tornar nesta semana a presidente em exercício do STJ (Superior Tribunal de Justiça) até o fim do recesso do Judiciário no final de janeiro.

Calmon é vice-presidente interina do tribunal por conta da licença saúde do titular do cargo, o ministro Gilson Dipp. A ministra será a primeira mulher a ocupar a presidência da corte, mesmo temporariamente.

O presidente do STJ, Félix Fischer, ficou no plantão desde o início do recesso em dezembro. O plantonista fica responsável por decidir monocraticamente sobre os processos mais urgentes.

Em 2012, quando era corregedora, ela ficou popular por protagonizar embates com as entidades representativas dos juízes e por suas investigações contra magistrados.

FOLHA DE S. PAULO

TSE promete pente-fino sobre hora extra em 2012

Dois funcionários foram exonerados em dezembro por irregularidade no pagamento

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) vai investigar possíveis abusos no pagamento de horas extras a servidores da instituição durante as eleições do ano passado.

O tribunal decidiu fazer um pente-fino para saber se houve recebimento ilegal de tais vantagens e afirmou que dois funcionários, cujos nomes não foram identificados, foram exonerados no ano passado por estarem nessa situação. Um deles, segundo a assessoria de imprensa do TSE, devolveu cerca de R\$ 4.000 recebidos indevidamente.

Reportagem ontem do jornal "O Estado de S. Paulo" mostrou que a corte gastou com horas extras R\$ 9,5 milhões entre setembro e novembro de 2012. Só naquele último mês, 567 funcionários receberam cerca de R\$ 3,8 milhões pelo trabalho adicional.

Há casos de servidores que chegaram a receber quase R\$ 30 mil em um único mês pelas horas trabalhadas a mais.

O pagamento desse adicional é feito pelo TSE só em ano eleitoral. Servidores e ex-servidores afirmaram à **Folha** que o recebimento de horas extras é historicamente alto durante o período em que o pleito está na fase de organização, mas nunca em valores como os pagos em 2012.

A **Folha** questionou o TSE sobre o quanto foi gasto com esse tipo de despesa nas eleições anteriores. O tribunal disse que informaria os valores de 2010, mas não o fez até a conclusão desta edição.

Segundo o tribunal, em 2012, o valor proporcionalmente gasto em relação ao número de eleitores foi o mais baixo desde que as urnas eletrônicas foram implantadas, em 1996. No ano passado, a eleição custou R\$ 2,81 por eleitor, ante R\$ 3,86 em 2010 e R\$ 3,75 em 2008.

15 JAN 2013

MP entra com recurso para impedir demolição

DO RIO- O Ministério Público Federal entrou com recurso na Justiça, ontem, para impedir o governo estadual de demolir o antigo Museu do Índio, no Maracanã, zona norte do Rio, onde vivem 23 famílias indígenas há cerca de sete anos.

No sábado, o imóvel foi cercado por PMs do Batalhão de Choque, à espera de uma ordem judicial para a desocupação, que não chegou. A demolição está prevista no pacote de obras do estádio do Maracanã para a Copa do Mundo.

No recurso, a procuradoria pede que volte a vigorar a proibição da demolição, obtida pela Defensoria Pública da União.

No recurso, o procurador-chefe em exercício, Newton Penna, diz que a demolição não pode ocorrer antes da decisão final do processo.

Até a noite de ontem, representantes da Secretaria Estadual de Assistência Social continuavam reunidos para traçar o rumo da remoção dos índios.

15 JAN 2013

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Os bispos da Igreja Mundial, Valdemiro Santiago e sua mulher, Franciléia, obtiveram passaporte diplomático. Não se conhece a fundo o argumento que possibilita o excepcional privilégio, já que pregam o passaporte para o céu. Agora pretendem abrir novas missões em fronteiras estrangeiras, mostrando que, em tempos de crise e vocação pastoral, a concorrência é a alma do negócio.

YVETTE KFOURI ABRAO (São Paulo, SP)

15 JAN 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Fortalecimento do Poder Judiciário no Brasil aumenta sua visibilidade

A exposição do Supremo Tribunal Federal na imprensa cresceu 116% em 2012, quando comparado ao ano anterior. Levantamento encomendado pelo próprio tribunal e divulgado pelo jornal Folha de S.Paulo aponta que, nos principais jornais, revistas, sites e blogs, o STF teve 170 mil menções escritas. A alta visibilidade da corte pode ser verificada no buscador Google Notícias, que, em 0,18 segundos, encontra cerca de 12 mil citações de “Supremo Tribunal Federal” entre

publicações recentes.

O julgamento da Ação Penal 470, o processo do mensalão, recebe os créditos pelo “pico de audiência” do Supremo, tendo o número de citações na imprensa, no período das sessões de julgamento, crescido de 33.963 (em 2011) para 91.839. Deixando de lado o poder de gerar audiência de um escândalo político, é um fato que o tribunal vem se preparando para ser mais popular e, até mesmo, buscando essa visibilidade nos últimos tempos.

Um dos exemplos dessa busca por popularidade é a TV Justiça, criada em 2002. A ideia principal do canal pode ser a transparência, mas é certo que ela serve também para criar uma imagem do Judiciário perante a sociedade, ou aproximar a imagem que as pessoas têm da Justiça com o que de fato acontece nos tribunais. A transmissão de julgamentos ao vivo é alvo, inclusive, de críticas, por conta de estar desgastando a imagem das cortes.

Certidão negativa de débitos não pode ser exigida para lavrar escritura

O direito relacionado à alienação e compra de um bem imóvel deve obediência exclusiva aos valores constitucionais e à vontade das partes, o que deixa sem força a restrição imposta em legislação infraconstitucional que negue essa liberdade. Esse entendimento serviu de justificativa para o desembargador Venício Salles, da 12ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, para não aceitar o ato de um Tabelião de notas que exigiu a apresentação da certidão negativa de débitos federais como condição para lavratura de escritura como referência à alienação de bem

imóvel.

O relator, em seu voto, afirmou que a compra e venda não pode ficar condicionada a qualquer prova ou comprovação de regularidade fiscal ou previdenciária, salvo quando a própria transação tipificar fato gerador do imposto, “o que não é caso do imposto de renda que incide sobre os lucros, mas não sobre a própria venda e compra.”

No caso, a Unicard Banco Múltiplo impetrou mandado de segurança contra o Oficial do 8º Tabelião de Notas da Capital do Estado de São Paulo. O objetivo foi afastar a exigência de prévia apresentação de CND Federais como condição para

lavratura de escritura de imóvel de sua propriedade para fim de aliená-lo.

Em primeira instância o juiz indeferiu a inicial e julgou extinto o processo, sem resolução do mérito, por falta de interesse processual. A Unicard apelou e combateu a sentença em relação a Lei 8.212/91 e o Decreto 3.048/99, que veiculam a exigência da regularidade fiscal, afirmando que “já vinha sendo rechaçado pela jurisprudência, tendo, inclusive, provocado a edição das Súmulas 70, 323 e 547 do STF”. Além disso, ela afirmou que possui pendência exclusivamente relativas à tributação federal.

15 JAN 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Fórum Descentralizado em Curitiba aproxima a Justiça do cidadão

O Judiciário integrado com a população. É com esse conceito e com a finalidade de promover a democratização do acesso à Justiça e a pacificação social, que o juiz Diego Santos Teixeira, os servidores, funcionários e estagiários do Fórum descentralizado da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), têm atuado desde a inauguração do Fórum no dia 1º de outubro de 2012.

Dorival Custódio, morador do CIC e primeiro cidadão a ser atendido no Fórum, elogiou a qualidade do atendimento e principalmente a agilidade na resolução de seu conflito. “Menos de um mês depois de eu ter vindo aqui, minha audiência aconteceu e conseguimos resolver o problema com um acordo”, conta o jurisdicionado. Ele ainda destacou que a instalação do novo Fórum foi um presente para a comunidade, que facilitou muito o acesso aos serviços do Judiciário.

Do mesmo modo, Antônio Carlos Maciel disse estar muito satisfeito, pois conseguiu resolver seu problema, também por acordo, em torno de 15 dias. “Foi muito rápido e com um atendimento de 1ª qualidade”, afirmou. “A instalação desse Fórum foi uma maravilha para os morado-

res da CIC. Gostaria de parabenizar quem escolheu a CIC para instalação desse espaço”, complementou.

Em um espaço amplo, moderno e funcional, o novo Fórum descentralizou para a população de aproximadamente 200 mil habitantes, dos bairros Augusta, Cidade Industrial, Riviera, serviços nas áreas de Família, Infância e Juventude e Juizados Especiais – Criminal Cível e Fazenda Pública.

O juiz diretor do Fórum da CIC, Diego Santos Teixeira, ressaltou que tem atuado com ações de enfoque restaurativo e de prevenção. “A integração com a comunidade tem surtido muito efeito, em especial na área da Infância, permitindo um contato quase semanal com a rede de proteção e, com isso, casos de bastante gravidade, envolvendo crianças em situação de risco, têm sido resolvidos de forma bastante efetiva”.

O magistrado ainda comentou que sentiu uma carência muito grande da comunidade na resolução de conflitos na área de Família e Infância. Questionado sobre o principal benefício da colocação de Fóruns descentralizados junto à comunidade, o juiz é incisivo: “o maior benefício é dar acesso à Justiça às pessoas que

antes não tinham”.

Um dos principais projetos que está sendo desenvolvido no Fórum é o Programa Justiça Comunitária, que atua a partir dos eixos educação para os Direitos, animação das redes sociais (por meio de contatos com instituições locais) e mediação de conflitos, visando à integração do Poder Judiciário com a sociedade civil. Para o juiz Teixeira, o Programa tem permitido uma real inserção do Judiciário na comunidade. “Estamos planejando e fazendo contatos com muitas instituições, que podem nos auxiliar nesse trabalho de reflexão, cidadania e resolução prévia de conflitos”.

Em relação à mediação de conflitos, o Programa funcionará, provavelmente a partir do 2º semestre de 2013, da seguinte forma: o agente comunitário será o receptor dos conflitos oriundos dos moradores da região. Após ser comunicado do problema, por uma das partes envolvidas, levará o caso para discussão com os servidores do Núcleo Comunitário, que funciona dentro do Fórum. Serão verificadas, então, as medidas e frentes de atuação adequadas para a solução do problema.

15 JAN 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Combate à improbidade será o foco do Judiciário em 2013

O Conselho Nacional de Justiça divulgou, nesta quarta-feira (9/1), as metas para o Judiciário em 2013. O principal objetivo, segundo o CNJ, é o combate à improbidade administrativa. Justiça Federal e Justiça Estadual se comprometeram a identificar e julgar, até o último dia deste ano, as ações de improbidade e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31 de dezembro de 2011.

As demais metas — 19 no total — estão divididas entre gerais, que devem ser cumpridas por todas as instituições da Justiça, e específicas para a Justiça Federal, Estadual, Eleitoral, do Trabalho, Militar da União e Militar Estadual.

As metas gerais são encabeçadas pela diminuição dos acervos. Todos os tribunais devem julgar mais ações do que o número de processos distribuídos, e cada segmento da Justiça deve dar cabo a uma fração determinada de processos de diferentes anos anteriores. Além disso, os órgãos do Judiciário terão de desenvolver, nacionalmente, “sistemas efetivos de licitação e contratos”.

Na Justiça do trabalho, as principais metas são dedicadas aos servidores. Será implementado o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) em, pelo menos, 65% das unidades judiciárias e administrativas. E pelo menos 20% das unidades do 1º e 2º

grau passarão por adequação ergonômica. Ainda haverá a capacitação, com duração mínima de 20 horas, de 50% dos magistrados e 50% dos servidores em gestão estratégica e na utilização do Processo Judicial Eletrônico (PJe), que será implantado em pelo menos 40% das varas do Trabalho de cada tribunal.

A Justiça Eleitoral, que tem apenas duas metas, deverá racionalizar ao menos cinco dinâmicas de trabalho das unidades judiciárias de primeira instância, além de implantar e divulgar a “Carta de Serviços” da segunda instância.

Já a Justiça Federal, além do julgamento de processos sobre improbidade administrativa, tem uma meta voltada ao jurisdicionado: designar audiências e conduzir demais atividades de conciliação adequadas à solução de conflitos em número maior do que em 2012.

O documento impõe ainda a realização de parcerias entre o CNJ, os TJs, os Tribunais Federais, os TREs e os Tribunais de Contas, para aperfeiçoar a alimentação do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de improbidade administrativa.

As metas específicas de 2013 estão próximas das que foram definidas para o ano passado, como a implantação, na Justiça do Trabalho, do PCMSO e do PPRA em 60% de suas unidades judiciárias e administrativas, e do PJe em 10% das Varas. Mas, em 2012, as Justičas Estadual e Federal não receberam metas.

15 JAN 2013

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Advogado terá de devolver dinheiro a cliente derrotado

A 16ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul negou Apelação a um advogado da Comarca de Passo Fundo, condenado a devolver R\$ 190 mil ao seu ex-cliente. Como, para a Justiça, ficou claro que houve "locupletamento indevido", o juízo de primeiro grau entendeu cabível a repetição do indébito, o que foi confirmado pelo colegiado.

O dinheiro deveria ser empregado em uma triangulação. Serviria, de início, para comprar precatórios com deságio. Em seguida, esses precatórios deveriam ser utilizados para compensar, por seu valor de face, débitos tributários junto à Fazenda do estado Paraná. Os débitos se referiam ao ICMS incidente sobre a importação de equipamentos para diagnósticos médicos. Como o trâmite não ocorreu, o advogado, que seria o responsável por operacionalizar o negócio, foi acusado de omissão, já que o não pagamento causou a elevação do valor da dívida.

A sentença, proferida pelo juiz de Direito em substituição Clóvis Guimarães de Souza, condenou o profissional a pagar, a título de perdas e danos, todos os valores relativos aos encargos de mora incidentes sobre a obrigação principal tributária — multa, juros, correção monetária e honorários do executivo fiscal.

"Esses encargos moratórios poderiam ter sido evitados pelos réus (advogado e escritório), via do singelo depósito judicial da soma pretendida pelo fisco, enquanto discutiam a legalidade e legitimidade do crédito tributário", considerou o juiz.

O relator do recurso no Tribunal de Justiça, desembargador Érgio Roque Menine, concordou com a sentença e reconheceu a desídia do advogado que, segundo ele, além de não comprar os precatórios, abandonou a causa, deixando de esgotar a via recursal e de prestar contas ao seu constituinte. A atitude, disse o relator, violou os artigos 34, incisos XI, XX e XXI; e 37, parágrafo 2º, do Estatuto da Advocacia — a Lei federal 8.906/1994.

O desembargador só reformou a parte da sentença que admitiu a compensação de R\$ 22,6 mil, a título de honorários advocatícios, sobre a obrigação de devolver os R\$ 190 mil. O acórdão foi lavrado na sessão de julgamento do dia 25 de outubro. Ainda cabe recurso.

Segundo os autos, o caso teve início em 2004, quando a empresa Ultra-Ray Centro Diagnóstico, com sede em Toledo (PR), importou dos Estados Unidos dois aparelhos para exames de diagnósticos.

15 JAN 2013

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Concorrida

A seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) vai reunir hoje, em Curitiba, o primeiro time das autoridades estaduais. É a cerimônia de posse do advogado Juliano José Breda, que assume a presidência da OAB Paraná, substituindo José Lucio Glomb. A atividade começa às 19h30, no auditório principal do Teatro Guaíra. Também tomam posse os diretores Cassio Lisandro Telles (vice-presidente), Eroulths Cortiano Junior (secretário-geral), Iverly Antikeira Dias Ferreira (secretária-geral adjunta) e Oderci José Bega (tesoureiro), além de conselheiros da OAB e diretores da Caixa dos Advogados.

Nomeação de Kukina

O procurador de Justiça do Ministério Público (MP) do Paraná Sérgio Luiz Kukina tomará posse como ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no dia 6 de fevereiro, às 17 horas. A nomeação pela presidenta Dilma Rousseff, com data de 11 de janeiro de 2013, foi publicada ontem na primeira página do Diário Oficial da União. "Para o Paraná, penso que a indicação signifique o reconhecimento à qualidade e às tradições da comunidade jurídica paranaense. Já, para o MP, significa o incremento da respeitabilidade e credibilidade da instituição, que passará a contar com mais um ministro oriundo de seus quadros", disse Kukina, em material divulgado pelo MP.

MAZZA

Nepotismo

Ministério Público age duramente no interior contra o nepotismo, mas nos centros maiores há condescendência. Em Paranaguá o filho do prefeito preside a Câmara Municipal e outro parente é secretário. É por isso que esses casos quase sempre são mais de ordem moral do que legal. Como se dava aqui com Requião e se repete com Beto Richa e agora também, em escala menor, com Fruet.

Hoje, por exemplo, nem o Judiciário muito menos o Ministério Público repetem as proezas rotineiras do passado e esse ajuste é mais ético, sinal de mudança comportamental, do que jurídico.

15 JAN 2013

FOLHA DE LONDRINA

Abuso nas horas extras gera exonerações no TSE

Servidores que receberam os recursos podem ser obrigados a devolvê-los

Diretor-geral teria alegado motivos pessoais para deixar cargo

Brasília - Uma das principais beneficiárias do pagamento de horas extras no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a secretária de Controle Interno, Mary Ellen Gleason Gomide Madruga, foi exonerada no final do ano passado. Entre agosto e novembro do ano passado, ela recebeu mais de R\$ 100 mil em horas extras. O jornal O Estado de S. Paulo publicou reportagem ontem mostrando que em três meses o TSE gastou R\$ 9,5 milhões em extras no ano passado.

Também em razão do pagamento de horas extras, o diretor-geral do TSE, Alcides Diniz, pediu exoneração. Mas no caso dele, conforme relato de integrantes do tribunal, a razão não seria o recebimento de recursos, mas dificuldades para despachar assuntos administrativos com a presidente do tribunal, Cármen Lúcia, como o pagamento de horas extras.

Quando as contas chegaram ao gabinete da presidente, ela teria reclamado

do pagamento a Alcides Diniz, embora o funcionário tivesse pedido várias vezes para falar com a ministra justamente sobre as horas extras. Por essa razão e pelas dificuldades administrativas que enfrentava, o diretor-geral teria pedido exoneração.

De acordo com a assessoria de imprensa do TSE, o diretor-geral teria alegado motivos pessoais para deixar o cargo.

Ontem, o TSE informou que vai analisar as despesas com pagamento de pessoal. Se houver indícios de irregularidades, os servidores que receberam os recursos podem ser cobrados a devolvê-los. Caso contrário, uma sindicância poderá ser aberta e o servidor responder a processo administrativo.

De acordo com informações do tribunal, a princípio o aumento das despesas com horas extras em ano eleitoral seria normal, porque há aumento da carga horária dos

servidores entre os meses de julho a dezembro, desde o início da campanha até os prazos finais de análises de recursos.

Além disso, segundo o TSE, ocorreu uma greve de servidores do Judiciário que atingiu também o tribunal e obrigou os servidores que não aderiram ao movimento a ampliar a carga de trabalho.

A greve dos Correios também teria elevado os gastos do tribunal, conforme a assessoria de imprensa. Com o atraso na remessa de recursos dos tribunais regionais eleitorais para o TSE, a carga de trabalho teria se intensificado nos meses com o maior pagamento de horas extras.

CONTINUA

15 JAN 2013

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Há relatos feitos por servidores do tribunal de que abusos teriam de fato ocorrido, como o servidor que iria no fim de semana de bermuda e camiseta só para registrar o ponto da hora extra.

Pelos dados repassados ontem pelo TSE, a despeito do pagamento de horas extras, as eleições do ano passado foram as mais baratas desde 1996. Em 2012, o custo da eleição ficou em R\$ 2,81 por eleitor. Em 2008, o valor chegou a R\$ 3,75.

Na edição de segunda-feira, o jornal O Estado de S. Paulo mostrou que do total de R\$ 9,5 milhões em extras, somente em novembro foram pagos R\$ 3,8 milhões a 567 funcionários do órgão. Nesse período, os rendimentos desses servidores variavam de R\$ 26.778,81 a R\$ 64.036,74. O tribunal informa, sem revelar detalhes, que funcionários já tiveram de devolver parte do dinheiro recebido como hora extra.

15 JAN 2013

GAZETA DO POVO

SÍNTESES – SUCESSÃO NA OAB-PR

JOSÉ LÚCIO GLOMB

Uma boa tradição

Em 1930, Carlos Drummond de Andrade escrevia: “Um novo, claro Brasil surge, indeciso, da pólvora”. Referia-se à revolução que levou Getúlio Vargas ao poder. Quinze dias após assumir, Getúlio criava por decreto a Ordem dos Advogados do Brasil, entendendo-a como fundamental à modernização do país.

Isso não inibiu os advogados de dedicarem especial atenção à luta pela liberdade. Luiz Carlos Prestes e outros presos políticos foram defendidos pelo notável Sobral Pinto, indicado pela Ordem. E assim tem sido desde então. Evandro Lins e Silva, na sua *Profissão de Fé aos 80 Anos*, salientava que “o papel do advogado, na organização da sociedade e em face da própria vida, deve ser representado com a visão ampla e dinâmica de uma pregação permanente do aperfeiçoamento da ordem jurídica, no pretório e fora dele, e esse sim só se tem alcançado, ao longo do tempo, quando mais se alarga e aprofunda a justiça social”.

Lembro disso porque hoje assume a nova diretoria da OAB-PR, tendo à frente Juliano José Breda, jovem e competente advogado. O palco será o mesmo Teatro Guaíra, que mantém a energia pela luta em favor da liberdade. Lá foi realizada a VII Conferência Nacional dos Advogados, sob a liderança de Raimundo Faoro e Eduardo Rocha Virmond. Faoro dizia, à época, ser necessário que os advogados, “ao espelhar a consciência jurídica do país, reflitam sobre a realidade presente e ofereçam a contribuição de sua inteligência para ordenar, sob o império da lei, as instituições abaladas em profunda crise de legitimidade”. A revogação do AI-5 e a anistia vieram pouco depois. Eram os advogados na luta pela vigência do Estado Democrático de Direito e na defesa de quem era preso unicamente por expressar seu pensamento.

Os tempos são outros, mas exigem atenção permanente, na defesa da dignidade da pessoa humana e da Constituição. Na própria Constituinte a OAB teve importante papel. A campanha das Diretas Já, o afastamento legal de um presidente eleito pelo voto direto, as campanhas contra a corrupção, a colaboração fundamental para a lei da ficha limpa são apenas alguns dos feitos da Ordem, na sua tradição de bem defender o cidadão brasileiro.

Entre nós, para relatar episódio recente, foi a OAB que liderou, com o apoio da sociedade paranaense, representada por centenas de entidades de classe, o movimento “O Paraná que Queremos”. Dele decorreu a Lei da Transparência, elaborada em conjunto com a Apajufe, implicando em importantes alterações de curso na Assembleia Legislativa. Justo ela, alvo da indignação popular pelos desmandos lá havidos. O resultado positivo pôde ser medido na recente pretensão de aumento das custas judiciais e extrajudiciais, quando a AL recusou-se a examinar projeto de lei do Tribunal de Justiça. Algo impensável até pouco tempo, como também era inimaginável ver aquela instituição devolver dinheiro aos cofres públicos, o que realizou nos últimos dois anos.

CONTINUA

15 JAN 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

A Ordem tem sido intransigente na luta pela melhoria das condições de atuação dos advogados e busca permanentemente o aprimoramento da Justiça. Os resultados mostram que o caminho percorrido é o correto. E serve de exemplo para a renovação, pois há 40 anos não temos reeleição para a presidência da entidade. Questão de princípios.

Nossa história exige dos dirigentes da Ordem um passado impecável, uma postura ética irrepreensível. Dedicção, humildade e união, mas também coragem para levantar a voz contra as injustiças. Estou certo de que são qualidades inerentes aos novos dirigentes que hoje assumem os destinos da nossa Casa.

José Lucio Glomb foi presidente da OAB-PR entre janeiro de 2010 e janeiro de 2013.

GAZETA DO POVO

JULIANO BREDA

15 JAN 2013

Valorizar o advogado

A OAB-PR completou 80 anos de história. Nessas décadas de intensa dedicação de seus representantes, conseguiu acumular respeito, ganhar credibilidade, impor suas convicções a partir do convencimento, da palavra contra a força. No debate público, assumiu importante protagonismo social, ao invariavelmente acertar na escolha do seu lugar: sempre ao lado da liberdade e da cidadania. É bastante conhecida sua trajetória de colaboração na redemocratização do país, ao lutar contra o Estado de exceção e as violações dos direitos fundamentais da pessoa humana. Liderando instituições civis, conclamando a sociedade ao engajamento político, sem nunca ceder ao alinhamento partidário, mantendo a necessária independência, pressuposto de sua atuação. Essa é OAB-PR que recebo das mãos honradas de José Lucio Glomb.

Hoje, a Ordem segue sua caminhada, com outras demandas, novos dilemas e distintas preocupações. Sem jamais perder sua vocação à discussão do interesse público, segue cumprindo seu dever de defensora da ordem jurídica, do aprimoramento da Justiça e da consolidação dos princípios constitucionais, em especial os que orientam o funcionamento da administração pública, que se legitima apenas com a estrita obediência da legalidade, moralidade, probidade, impessoalidade e eficiência.

A voz da Ordem não se esgota nos temas coletivos, mas a sua importância reside, fundamentalmente, na defesa e valorização da advocacia, profissão essencial à Justiça, à liberdade e à democracia. O advogado exerce função de interesse público e a preservação de seus direitos e a tutela de suas prerrogativas constituem garantias de todos os cidadãos contra o arbítrio e a injustiça.

A OAB deve conscientizar-se de que sua credibilidade social tem valor apenas se estendida a todos os advogados, que ainda sofrem para exercer de forma minimamente adequada a profissão. O papel indelegável da Ordem consiste na remoção dos obstáculos ao livre exercício da advocacia, ao oferecer meios e condições para o enfrentamento de uma nova era, marcada pelo processo eletrônico e pela expansão do mercado de trabalho, criada pela proliferação desordenada dos cursos jurídicos. A missão da OAB é lutar pela melhor remuneração dos advogados, com honorários dignos e proporcionais à magnitude dessa atividade.

A OAB esteve ao lado do Poder Judiciário, quando o regime militar suspendeu suas garantias; ao lado do Poder Legislativo, quando a ditadura cassou mandatos, em função de ideias e discursos; ao lado da imprensa, protestando contra a censura; e ao lado das legítimas reivindicações populares. Mas hoje a OAB, sem esquecer seu dever público, tem a plena consciência de que sua mais importante causa situa-se no patrocínio dos direitos dos 45 mil advogados paranaenses, em nome de quem escreverá mais um capítulo em sua prestigiada obra, com uma gestão transparente, austera, participativa, independente e livre, atenta aos clamores da advocacia, orgulhosa de seu passado, mas preocupada em construir um futuro de mais justiça. Justiça que não se realiza sem advogados.

Juliano Breda assume hoje a presidência da OAB-PR.

GAZETA DO POVO

» JUDICIÁRIO

15 JAN 2013

Rodolfo Buhner/arquivo/Gazeta



Sérgio Kukina: mestre em Direito pela PUCPR.

Paranaense é nomeado para o STJ

O paranaense Sérgio Luiz Kukina, de 53 anos, será empossado ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) no dia 6 de fevereiro. A nomeação foi publicada no Diário Oficial da União de ontem. Kukina fez carreira no Ministério Público do Paraná, onde ingressou em 1984. O procurador de Justiça havia sido indicado ao STJ pela presidente Dilma Rousseff em novembro e teve sua escolha referendada pelo Senado no mês seguinte.

Assim que foi indicado pela presidente, Kukina avaliou, em entrevista à Gazeta do Povo, que sua escolha poderia ser entendida como um "reconhecimento às tradições jurídicas do Paraná e à qualidade dos juristas paranaenses".

Kukina é mestre em Direito pela PUCPR e professor na Escola do Ministério Público e na Escola da Magistratura. Ele tem entre suas especialidades o direito autoral e da criança e adolescente.

15 JAN 2013

GAZETA DO POVO

Pivô do caso da 'sogra fantasma' é cotado para o secretariado

Ezequias Moreira, que recebeu dinheiro da Assembleia irregularmente por 11 anos, pode ser nomeado por Richa

| *Euclides Lucas Garcia*

Nome fortemente cotado para ocupar uma cadeira ligada ao gabinete do governador Beto Richa (PSDB), Ezequias Moreira ainda convive com pendências judiciais pelo caso da "sogra fantasma". Ex-chefe de gabinete de Richa na Assembleia e na prefeitura de Curitiba, ele responde a processos nas esferas penal e cível pelo fato de sua sogra, Verônica Durau, ter recebido salários do Legislativo estadual sem trabalhar ao longo de 11 anos. Richa deve anunciar uma reforma do secretariado nos próximos dias.

Ezequias responde a dois processos movidos pelo Ministério Público Estadual (MP) em 2007: um por peculato (desvio de recursos públicos) e outro por improbidade. Segundo o MP, ele usou a sogra, que admitiu nunca ter trabalhado na Assembleia, para se apropriar de R\$ 539,4 mil por meio do desvio dos salários, entre 1996 e 2007. O processo na esfera penal tramita

em ritmo lento em razão de erros processuais e de situações que podem ser interpretadas como estratégias de defesa para protelar o julgamento. Como o caso está na fase de ouvir testemunhas, não há como prever quando haverá a sentença. No caso de haver condenação a pena mínima para peculato (dois anos), o crime já estaria prescrito desde 2011. No caso da pena máxima (12 anos), a prescrição só ocorreria em 2023.

Advogado de Ezequias até dezembro, Eduardo Duarte Ferreira admitiu que trabalhava com a possibilidade de prescrição. O novo advogado, Marlus Arns, garante que não há qualquer discussão nesse sentido. "Se houver condenação, aí sim terá de se fazer o cálculo da prescrição", afirma.

Ezequias devolveu espontaneamente os valores que recebeu. Na ação cível, por improbidade, a Justiça o condenou ao pagamento de uma multa de 20% dos valores recebidos irregularmente (R\$ 110 mil). Ele não recorreu, mas a multa ainda não foi executada.

Cargos públicos

Depois do escândalo, Ezequias trabalhou no gabinete de João Cláudio Derosso na presidência da Câmara de Curitiba. Em 2011, logo que Richa assumiu o governo, foi nomeado diretor de Relações com Investidores da Sanepar, cargo no qual tem mandato até 2015. "Ele reconheceu o erro e pagou a conta dele. Nesses casos, sempre me refiro a uma citação bíblica que fala de 'perdoar o pecador e não o pecado'", disse Richa ao nomeá-lo.

CONTINUA

15 JAN 2013

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

CRONOLOGIA

Entenda o caso da “sogra fantasma” e como tem sido o desenrolar das ações contra Ezequias nas esferas cível e criminal

07/08/2007 – O MP recebe a denúncia de que a sogra do então chefe de gabinete do prefeito Beto Richa (PSDB), Ezequias Moreira, recebeu sem trabalhar salários da Assembleia por 11 anos. A denúncia também dizia que Ezequias usava a sogra como “laranja” e que ele próprio ficava com os R\$ 3,4 mil mensais.

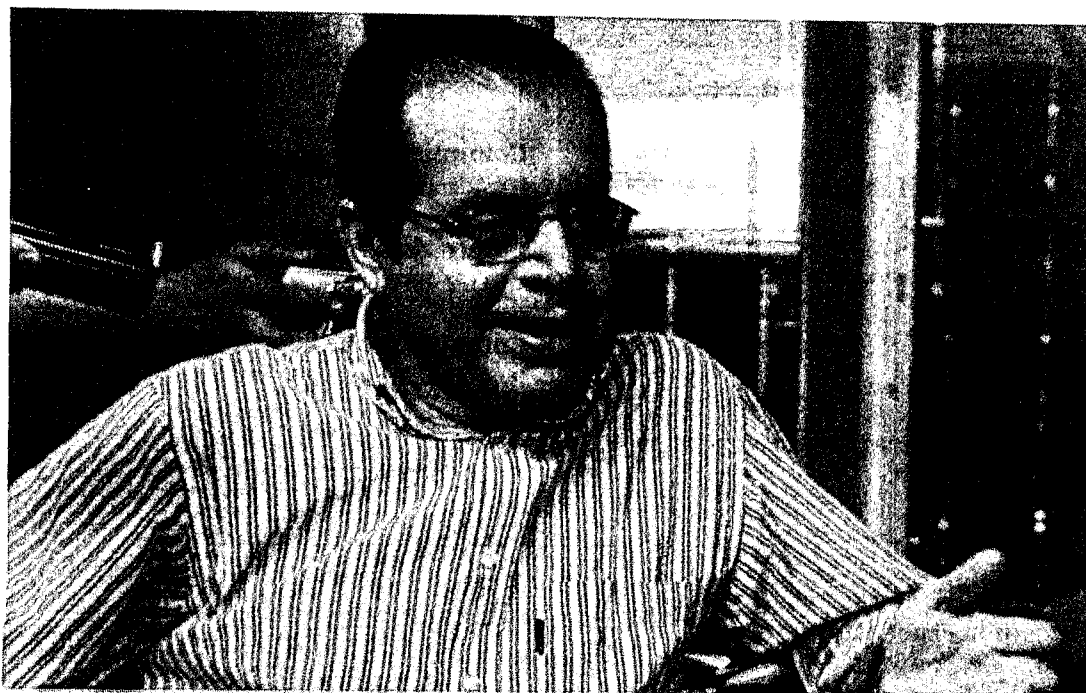
13/08/2007 – Ezequias é exonerado do cargo na prefeitura e passa a trabalhar na Câmara Municipal de Curitiba, nomeado pelo então presidente da Casa, o ex-vereador João Cláudio Derosso.

26/11/2007 – O MP abre duas ações contra Ezequias: na esfera cível, por improbidade administrativa e, na penal, pelo crime de peculato.

04/04/2008 – Ezequias devolve espontaneamente aos cofres públicos R\$ 539,4 mil, correspondentes ao salário mensal da sogra, por meio de depósito judicial.

05/01/2011 – Ezequias é nomeado diretor de Relações com Investidores da Sanepar pelo governador Beto Richa.

03/07/2012 – A Justiça condena Ezequias, por improbidade administrativa, ao pagamento de uma multa cível de 20% dos valores recebidos irregularmente (R\$ 110 mil). Ele decide não recorrer da sentença. Na esfera penal, a juíza ainda está ouvindo testemunhas, para depois ouvir o próprio Ezequias, o MP e a defesa. Só então, dará a sentença, o que não tem data para ocorrer. Se receber a pena mínima (dois anos), o caso já estará prescrito.



Ezequias: depois de escândalo, ele foi nomeado para diretoria da Sanepar, já na gestão Richa.

GAZETA DO POVO

» CONTROLE

TSE exonera diretor por horas extras

O pagamento milionário de horas extras no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi um dos motivos que provocaram a exoneração do diretor-geral do órgão, Alcidez Diniz. A secretária de Controle Interno e Auditoria do TSE, Mary Ellen Gleason Gomide Madruga, também foi exonerada. Na lista de beneficiários de horas extras, ela aparece como tendo recebido em novembro do ano passado mais de R\$ 26 mil. De acordo com integrantes do tribunal, as duas exonerações estão diretamente ligadas ao pagamento de horas extras durante o processo eleitoral.

Dados do próprio TSE, obtidos pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, mostram um descontrole no pagamento de horas extras no período eleitoral de 2012. Só em novembro, o gasto com esses adicionais foi de cerca de R\$ 3,8 milhões para pagamento dos 567 funcionários que alegam ter dado expediente fora de hora. Entre setembro e novembro, essas horas extras de servidores totalizaram R\$ 9,5 milhões.

Somados aos salários, os valores adicionais permitiram a esse grupo de funcionários receber, no fim de novembro, mais do que os próprios ministros.

15 JAN 2013

NOTA POLÍTICA

Pedindo opinião

No último ato que tomou antes de sair de férias, o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e relator do processo do mensalão, Joaquim Barbosa, decidiu na sexta-feira pedir a opinião do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, sobre o desbloqueio dos bens do publicitário Duda Mendonça e de sua sócia Zilmar Fernandes. A dupla, absolvida no julgamento do mensalão ano passado, está com os bens congelados desde 2006, por ordem de Joaquim Barbosa.

BESSA

Zapeando

A nova diretoria da OAB Paraná, liderada pelo advogado Juliano José Breda, toma posse hoje em cerimônia às 19h30 no auditório Bento Munhoz da Rocha Netto do Teatro Guaíra.

15 JAN 2013

GAZETA DO POVO

MP pede multa de R\$ 50 milhões

O Ministério Público entrou com uma ação na Justiça solicitando o pagamento integral da multa aplicada à empresa Cattalini Terminais Marítimos Ltda., que opera no Porto de Paranaguá, por causa dos danos ambientais provocados pela explosão do navio Vicuña, em 2004. Em decorrência do vazamento de quatro toneladas de metanol, foram instaurados pelo IAP processos administrativos para impor sanções aos responsáveis pelo acidente. A empresa foi multada, mas o valor acabou reduzido substancialmente (de R\$ 50 milhões para R\$ 5 milhões), o que é irregular no entendimento da promotoria de Justiça.

A ação civil pública por ato de improbidade administrativa foi movida contra a empresa e mais três pessoas, entre elas o ex-presidente do Instituto Ambiental do Paraná, Vitor Hugo Ribeiro Burko e o ex-secretário estadual do Meio Ambiente, Rasca Rodrigues, hoje deputado estadual.

A promotoria pede o ressarcimento de R\$ 50 milhões ao erário acrescido de juros e correção monetária, a perda de função pública, suspensão dos direitos políticos dos envolvidos pelo prazo de cinco anos, pagamento de multa civil de até cem vezes o valor de suas remunerações na administração pública, e proibição de contratar com o poder público pelo prazo de três anos.

De acordo com o promotor de Justiça Alexandre Gaio, o então secretário Rasca Rodrigues “decidiu rever a decisão que determinava a subsistência do auto de infração ambiental e a manutenção da multa em seu valor integral”.

Além da redução da multa a empresa foi beneficiada por um termo de conversão da multa para a Cattalini construir de um aquário em Paranaguá, situação que o MP também entendeu como irregular.

Outrolado

Rasca Rodrigues disse que foi pego de surpresa. “A lei ambiental permite a redução de até 90% do valor da multa quando o dano é saldado. Fizemos tudo baseado na lei”, disse.

A reportagem entrou em contato com a Cattalini, que não quis comentar o caso. O ex-presidente do IAP, Vitor Hugo Ribeiro Burko, contestou a ação. “O processo não vai dar em nada porque não foi feito nada de errado. O porto de Paranaguá está estagnado por causa do MP”, disse Burko.

15 JAN 2013

O ESTADO DE S. PAULO

TSE diz que mandou funcionários devolverem horas extras abusivas

Segundo assessoria de imprensa do tribunal, novas análises serão feitas; gastos chegaram a R\$ 9,5 mi nas eleições

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou ontem, por meio de sua assessoria de imprensa, que já obrigou funcionários a devolver parte do dinheiro recebido de hora extra durante o período eleitoral do ano passado. O tribunal não detalhou, porém, quantos funcionários precisaram devolver o dinheiro.

O **Estado** revelou ontem que em três meses o TSE gastou R\$ 9,5 milhões em extras na eleição. Desse total, somente em novembro foram pagos R\$ 3,8 milhões a 567 funcionários do órgão. Os rendimentos desses servidores no período variavam de R\$ 26.778,81 a R\$ 64.036,74.

Há relatos segundo os quais funcionários do TSE iam de bermuda e camiseta nos fins de semana apenas para registrar o ponto da hora extra.

Dois funcionários graduados, revelou o a reportagem publicada ontem, deixaram o tribunal por causa da polêmica das horas extras. Ontem, seus nomes foram revelados.

Uma das principais beneficiárias do pagamento de horas extras durante o período eleitoral passado, a secretária de Controle Interno, Mary Ellen Gleason Gomide Madruga, foi exonerada em dezembro. Entre agosto e novembro do ano passado, ela recebeu mais de R\$ 100 mil por conta das horas extras.

Outro funcionário graduado, o diretor-geral do TSE, Alcides Diniz, também deixou o cargo, mas só que a pedido, também no fim do ano passado.

Conforme relatos de integrantes do tribunal, Diniz reclamava da dificuldade de despachar com a presidente do tribunal, Cármen Lúcia, inclusive pa-

ra tratar de assuntos como o pagamento das horas extras.

Quando as contas sobre o pagamento de funcionários chegaram ao gabinete da presidente, ela teria reclamado dos valores repassados a Diniz. Na mesma época, o então diretor-geral teria reclamado das dificuldades administrativas que vinha enfrentando. De acordo com a assessoria de imprensa do TSE, Diniz alegou "motivos pessoais" para deixar o cargo em dezembro.

Análise. Ontem, após a publicação da reportagem, o TSE informou que vai voltar a analisar as despesas com pagamento de pessoal durante as eleições. Se houver indícios de irregularidades, outros servidores podem ser cobrados a devolver as horas extras indevidas. Não está descartada a abertura de uma sindicância para investigar os abusos.

De acordo com informações do tribunal, a despeito dos eventuais abusos no recebimento de horas extras, houve situações excepcionais durante as eleições do ano passado. Além do aumento natural da demanda por se tratar de uma eleição, o TSE lembrou ter havido uma greve dos servidores do Judiciário que atingiu também o tribunal e obrigou funcionários que não aderiram ao movimento a ampliar sua carga de trabalho.

O TSE citou ainda a greve dos Correios como fator preponderante para aumentar o trabalho de seus servidores. Com o atraso na remessa de recursos dos tribunais regionais eleitorais para o TSE, a carga de serviço se intensificou nos meses de eleição, acarretando no maior pagamento de horas extras, segundo a assessoria de imprensa do tribunal.

Pelos dados repassados ontem pelo TSE, a despeito do pagamento de horas extras, as eleições do ano passado foram as mais baratas desde 1996. Em 2012, o custo da eleição ficou em R\$ 2,81 por eleitor. Em 2008, o valor chegou a R\$ 3,75.



Extras. Cármen Lúcia teria reclamado de pagamentos

15 JAN 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Juíza rejeita denúncia contra médicos do SUS

A juíza federal substituta Andréia Fernandes Ono, de Jales (SP), não acolheu a denúncia em que o Ministério Público Federal (MPF) pede a prisão preventiva de cinco médicos conveniados do Sistema Único de Saúde (SUS), acusados de cobrar até R\$ 1,5 mil para fazer cesarianas e cirurgias de laqueaduras em pacientes internadas na rede pública em hospitais da região de Jales.

Os médicos foram denunciados pela prática de crime de concussão, estelionato com majoração da pena e falsidade ideológica. Mas, de acordo com a decisão da juíza, a Justiça Federal não é competente para julgar a ação — que deve ser enviada para a Justiça Estadual.

No seu despacho, a juíza lembrou que o dever dos juízes federais é processar e julgar crimes políticos e as ações praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União. Segundo ela, ao cobrar das pacientes, os médicos não estão causando prejuízo ao erário público, mas somente a particulares. No entendimento da juíza, o prejuízo haveria se os médicos tivessem recebido do SUS e não tivessem prestado o serviço, mas como realizaram as cesarianas e laqueaduras, segundo ela, não houve detrimento contra a entidade pública.

A juíza também usou praticamente o mesmo argumento para dizer que, no entendimento dela, não houve crime de estelionato majorado. Além disso, de acordo com a profissional, o convênio entre SUS e médicos não é suficiente para dar aos profissionais o caráter de servidores.

Competência. Apesar do despacho, o caso poderá voltar à Justiça Federal. Isso porque em outro caso semelhante, envolvendo o pedido de prisão de outro médico, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) julgou conflito de competência e remeteu o caso de volta para a Justiça Federal. A ação penal aguarda julgamento. Em outros cinco inquéritos, o MPF pede a prisão de outros dois médicos. No total, oito médicos de Jales tiveram o pedido de prisão preventiva solicitada pelo MPF, que também pede o afastamento imediato dos profissionais das atividades médicas. O MPF ainda não foi notificado da sentença.

15 JAN 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça revoga laqueadura em mulher deficiente, mas MP reage

Moça com retardamento moderado quer ser mãe; promotor agora ameaça eventual parceiro por estupro de vulnerável

A Justiça revogou uma decisão, de 2004, baseada em uma ação protetiva do Ministério Público Estadual, de fazer laqueadura em uma mulher de 27 anos, sem filhos, moradora de Amparo, no interior paulista, por ela sofrer de retardamento mental moderado e ter situação socioeconômica precária. Mas a promotoria promete abrir investigação criminal por estupro de vulnerável contra quem se relacionar sexualmente com a mulher.

A revogação da laqueadura ocorreu após uma petição da coordenadora assistente do Núcleo de Direitos Humanos, Daniela Skromov, que considerou a decisão inconstitucional. Segundo o promotor responsável pelo caso, Rafael Belucci, foi levado em consideração o novo cenário em que a mulher está inserida. “Na época, a ação visava a protegê-la e evitar o nascimento de um filho que ficasse em situação de risco”, disse. “Depois de analisar os novos informes da unidade de saúde, a mudança no modo de vida da paciente provocou a revogação da decisão. Não há mais a necessidade.”

O promotor promete, porém, abrir investigação criminal contra um eventual parceiro da mulher, caso seja comprovado que mantiveram relações sexuais. “Se chegar ao conhecimento, essa pessoa será investigada por eventual estupro de vulnerável”, disse. Segundo o promotor, durante a investigação, serão realizados exames psíquicos para saber se a mulher tem “ciência e consciência” do ato sexual. “Nesse caso, não é uma medida protetiva em favor dela, mas uma ação criminal contra quem cometeu o ato.”

Crítica. Professora da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e representante do Brasil na Organização das Nações Unidas (ONU) para a elaboração da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, Izabel de Loureiro Maior vê com reservas a afirmação do promotor sobre investigar, de imediato, quem mantém relação sexual com a mulher. “Partir da premissa de que qualquer relação com uma pessoa com deficiência intelectual ou qualquer outra deficiência será um estupro de vulnerável é um desconhecimento dos direitos desses indivíduos.”

Segundo ela, pessoas como a mulher de Amparo devem receber apoio prévio “para que não sejam vítimas de qualquer coisa que esteja um pouco além de sua capacidade de entendimento e defesa”. Para Izabel, a revogação da laqueadura foi um alívio. “Imagino a tortura que seria isso.”

Paciente tem namorado fixo

A moradora de Amparo tem namorado fixo e sempre manifestou o desejo de ser mãe. Desde que foi alvo da decisão judicial, ela se submeteu a um tratamento contraceptivo, usando um dispositivo intrauterino (DIU). O DIU venceu em 2011 e a paciente se recusou a substituí-lo, por temer que uma laqueadura fosse feita. Diante da recusa, a Justiça havia determinado em outubro passado que a laqueadura fosse feita em dezembro. A mulher se escondeu em outra cidade.

15 JAN 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Dupla passa uma década presa preventivamente

Caso foi parar no STF, que julgou demora no julgamento de execução; homens foram soltos por meio de habeas corpus

Dois homens foram soltos em dezembro depois de passarem dez anos presos sem julgamento. José Geraldo Francisco Guimarães e Arlei Rocha da Silva foram presos preventivamente em 2002, acusados de participar do assassinato do pecuarista Quintino Francisco Facci, em Jardinópolis, a 330 quilômetros da capital paulista.

O habeas corpus foi concedido depois que a Defensoria Pública do Estado de São Paulo entrou com o pedido. A decisão foi tomada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) após o órgão levar o caso ao Superior Tribunal Federal (STF) alegando demora no julgamento do processo.

A Defensoria pretende agora levar o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos e solicitar a punição do Estado por excesso de prisão preventiva. Os defensores ficaram sa-

bendo da situação dos dois após visitas a penitenciárias.

À época, o caso teve grande repercussão. Quintino Francisco Facci era um fazendeiro conhecido na região de Ribeirão Preto – e o mandante do crime havia sido um de seus três irmãos, Quintino Antônio Facci (todos os irmãos receberam o mesmo prenome do pai deles).

Crime. Quintino Francisco Facci foi espancado e executado com sete tiros em uma emboscada, em dezembro de 2002, em uma das fazendas da família. Logo após o crime, Quintino Antônio admitiu ter mandado matar o pai por temer que toda a herança recebida da mãe, cerca de R\$ 100 milhões, ficasse apenas para ele. Em 2003, porém, a justiça lhe concedeu prisão domiciliar.

Além de José Geraldo e Silva, outros dois homens foram acusados de terem participado do crime. Um deles, João Batista dos Reis Filho pediu habeas corpus, mas o pedido ainda não foi deferido.

COMBATE AO CRACK

Internação compulsória deve começar no dia 21

Anunciado pelo governo do Estado na sexta-feira, o plantão de juízes, promotores e advogados na cracolândia, no centro de São Paulo, deve começar no dia 21. A força-tarefa vai avaliar casos de internação compulsória e involuntária de dependentes químicos com estado de saúde grave e sem consciência de seus atos, segundo a Secretaria de Estado da Justiça.

15 JAN 2013

O ESTADO DE S. PAULO

Justiça admite falha no caso do acusado de matar grávida

Fuga de assaltante, que cumpria pena em regime semiaberto, não foi notificada, o que poderia tê-lo mantido preso

O homem preso na última sexta-feira acusado de atirar e matar a assistente administrativa Daniela Nogueira de Oliveira, grávida, de 25 anos, há uma semana, no Campo Limpo, na zona sul de São Paulo, cumpria pena por roubo em regime aberto, mesmo depois de fugir do Presídio José Parada Neto, em Guarulhos. Alex Alcântara de Arruda, de 22 anos, chegou a ser levado duas vezes pela polícia para a delegacia durante o período em que ficou na rua, mas foi colocado em liberdade porque não constava mandado de prisão em vigor.

Segundo a Secretaria de Segurança Pública, Arruda foi levado pela Polícia Militar por duas vezes, em 28 de novembro (averiguação) e 11 de dezembro de 2012 (dirigir moto sem habilitação), ao 89º Distrito Policial (Portal do Morumbi). No entanto, foi liberado após consultas realizadas na 12ª Vara Criminal de São Paulo.

Segundo o Tribunal de Justiça de São Paulo, o suspeito foi condenado em 2011 e o juiz que o condenou determinou 1 ano, 9 meses e 20 dias de reclusão no regime semiaberto. Em 20 de outubro de 2011, foi colocado no regime aberto.

Em 10 de novembro, provavelmente ainda sem saber da decisão, conseguiu fugir da penitenciária. A fuga foi comunicada na Vara de Execução Criminal, mas não na 12ª Vara Criminal da capital.

Arruda se apresentou na 12ª Vara Criminal em 19 de junho de 2012 e o juiz determinou que cumprisse a pena em regime aberto. Segundo o juiz assessor da presidência do TJ, Rodrigo Capez, houve uma falha. “Tão logo ele se fugiu, deveria ter sido iniciado um procedimento de regressão de regime, por causa da fuga. Daí, ele não ficaria em regime aberto, poderia ser encarcerado”, diz. Capez afirma, porém, que o suspeito já teria cumprido a pena em novembro, e que estaria, de qualquer forma, nas ruas no dia em que cometeu o crime.

A polícia ainda não tem pistas que levem ao comparsa de Arruda. O caso é investigado pelo 37º Distrito Policial (Campo Limpo).

JORNAL DO ESTADO

Juliano Breda toma posse na direção da OAB-PR

15 JAN 2013

A nova diretoria da OAB Paraná toma posse em cerimônia solene, hoje, às 19h30, no Teatro Guaíra (auditório Bento Munhoz da Rocha Netto). O novo presidente da Seccional, advogado Juliano José Breda, foi eleito em eleição no ano passado. Também tomam posse os diretores Cassio Lisandro Telles (vice-presidente), Eroulths Cortiano Junior (secretário-geral), Iverly Antiqueira Dias Ferreira (secretária-geral adjunta) e Oderci José Bega (tesoureiro), além de conselheiros da OAB e diretores da Caixa dos Advogados.

Diversas autoridades já confirmaram presença, entre eles o governador Beto Richa, o ministro das Comunicações Paulo Bernardo, ministro Aldo Rebelo (do Esporte), deputado estadual Valdir Rossoni (presidente da Assembleia Legislativa do Paraná), desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação (primeiro vice-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná), senador Álvaro Dias, prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet, deputado federal Rubens Bueno (representando a Câmara dos Deputados), Rosemarie Diedrichs Pimpão (presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região), procurador geral de Justiça Gilberto Giacoia, vereador Paulo Salamuni (presidente da Câmara Municipal de Curitiba), advogado Ophir Cavalcante (presidente nacional da OAB), entre outros.

Os diretores da OAB Paraná para o triênio 2013-2015 fizeram na semana passada a primeira reunião de trabalho da gestão presidida pelo advogado Juliano Breda. Na ocasião foram traçadas as prioridades para o início da gestão da nova diretoria.

Também na semana passada, Breda e os demais membros da futura diretoria da OAB-PR, esteve com o prefeito de Curitiba, Gustavo Fruet. A diretoria também foi recebida pela vice-prefeita, Miriam Gonçalves, que é advogada, assim como Fruet.

No encontro, Fruet comentou a possibilidade da OAB se integrar às discussões envolvendo temas como segurança pública, direitos humanos, acessibilidade, violência contra mulher, transparência, moralidade e eficiência administrativa. Breda disse que a Ordem se coloca à disposição para uma gestão participativa, de apoio aos projetos e propostas em benefício da cidade.

Posse

A nova diretoria da OAB Paraná toma posse em cerimônia solene hoje, às 19h30, no Teatro Guaíra (auditório Bento Munhoz da Rocha Netto). O novo presidente da Seccional é o advogado Juliano José Breda. Também tomam posse também os diretores Cassio Lisandro Telles (vice-presidente), Eroulths Cortiano Junior (secretário-geral), Iverly Antiqueira Dias Ferreira (secretária-geral adjunta) e Oderci José Bega (tesoureiro), além de conselheiros da OAB e diretores da Caixa dos Advogados. Confirmaram presença o governador Beto Richa, os ministros das Comunicações, Paulo Bernardo, e do Esporte, Aldo Rebelo, o senador Alvaro Dias (PSDB) e o prefeito Gustavo Fruet (PDT).

15 JAN 2013

JORNAL DO ESTADO

STJ

A presidente Dilma Rousseff nomeou o procurador de Justiça do Paraná Sérgio Luiz Kukina para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), no lugar do ministro Hamilton Carvalhido, que se aposentou. Kukina tem 52 anos e entrou para o Ministério Público paranaense em 1984.

MINHA CASA MINHA VIDA

Venda casada

O Ministério Público Federal no Espírito Santo ajuizou ação civil pública contra a Caixa Econômica Federal pela prática de “venda casada” nos financiamentos relativos ao Programa Minha Casa, Minha Vida, do Governo Federal. De acordo com as investigações, a Caixa oferecia taxas reduzidas aos consumidores que adquirissem outros serviços do banco.

Caixa

A assessoria da Caixa informou que ainda não foi notificada da ação, mas afirma que “não pratica venda casada” e que “em nenhuma hipótese” o financiamento está condicionado à aquisição de outros produtos, sendo que qualquer pessoa pode participar do programa independente de ter ou não relacionamento com o banco.

15 JAN 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Dilma nomeia Sérgio Kukina como novo ministro do STJ

Indicado é procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná

A presidenta Dilma Rousseff nomeou ontem (14) o procurador de Justiça do Ministério Público do Paraná Sérgio Luiz Kukina, 53 anos, para compor o Superior Tribunal de Justiça (STJ). A posse está prevista para 6 de fevereiro, segundo a assessoria do STJ. A nomeação foi publicada na edição de ontem do "Diário Oficial da União". Kukina ocupará a vaga aberta com a aposentadoria do ministro Hamilton Carvalhido, que deixou o cargo em maio de 2011. Dilma havia indica-

do Kukina para a vaga em novembro, após analisar lista tríplice enviada pelo STJ. Em dezembro, o plenário do Senado aprovou o nome do procurador, que já havia passado por sabatina na Comissão de Constituição e Justiça da Casa. A última etapa que faltava para que Kukina fosse empossado era a nomeação, assinada nesta segunda-feira pela presidenta. Ele ocupará uma das vagas destinadas a membros do Ministério Público, segundo informou assessoria.



Kukina ocupará a vaga aberta com a aposentadoria de Hamilton Carvalhido

15 JAN 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

Lewandowski assume presidência do STF durante recesso

Vice-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Ricardo Lewandowski assumiu, interinamente, ontem (14), o comando da mais alta corte do país. O magistrado irá se manter à frente da Presidência do STF até o dia 31 de janeiro, quando se encerra o recesso do Judiciário. Lewandowski acertou com o presidente da Suprema Corte, ministro Joaquim Barbosa, um revezamento na chefia do tribunal durante as férias dos magistrados. O período de descanso dos ministros teve início em 20 de dezembro. Desde então, Barbosa comandou sozinho as demandas do STF, entre elas pedidos de prisão, solicitações de desbloqueio de bens e requisições de estados para contratar financiamentos. A partir desta segunda, Barbosa está de férias.



Ricardo Lewandowski permanecerá no comando do Supremo até o dia 31 de janeiro

15 JAN 2013

METRO

Farra da hora extra derruba diretor do TSE

Demitido. Alcides Diniz teria autorizado pagamento de R\$ 3,8 milhões a 567 servidores que ficaram após expediente no período eleitoral. Tribunal abrirá sindicância para apurar os casos

O secretário-geral do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Alcides Diniz, foi demitido ontem depois de ter autorizado o pagamento de R\$ 3,8 milhões em horas extras a 567 servidores em novembro, durante o período eleitoral. A denúncia foi revelada pelo "O Estado de S. Paulo".

O valor do benefício pago aos funcionários do TSE que ficaram depois do expediente supera o salário dos ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), que é de R\$ 26.723,13. As horas extras ficaram entre R\$ 26.778,81 e R\$ 64.036,74.

O pagamento não é ilegal, mas precisa de uma assinatura do secretário-geral do TSE para ser liberado. Alcides Diniz era secretário-geral do STF, mas assumiu o novo cargo em abril do ano passado. É considerado homem de confiança da ministra Carmem Lúcia, presidente do TSE.

A secretária de Controle Interno e Auditoria do TSE, Mary Ellen Gleason Gomide Madruga, também foi exonerada. Ela integra a lista dos funcionários que teriam recebido mais de R\$ 26 mil em horas extras.

O TSE abrirá sindicância para apurar caso a caso e poderá determinar a devolução dos valores pagos indevidamente. ☺

METRO

Presidente do STF é o preferido para a folia

Não tem para Batman, Hulk ou Capitão América. A máscara que vai estar na cabeça dos foliões de todo o Brasil neste Carnaval será a do presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), Joaquim Barbosa Gomes. Após sua atuação na condenação dos deputados envolvidos no escândalo do Mensalão, o magistrado se tornou o queridinho dos brasileiros e desbancou os super-heróis.

Segundo a espanhola Olga Valles, dona da fábrica Condal, em São Gonçalo RJ), responsável pela produção das máscaras de Carnaval, Joaquim Barbosa é um sucesso em todo o Brasil. "É o mais vendido da fábrica e sai para o Brasil todo, não só para o Rio. Minas Gerais, Paraná, Sergipe, Pará... Confeccionamos 25 mil máscaras e já estamos preparando mais 15 mil unidades. Do Neymar, por exemplo, produzimos 4 mil unidades. Temos presidentes e ex-presidentes que também estão vendendo bem, como Hugo Chávez, Obama e Lula, mas o Lula com barba chega a vender o dobro do Lula sem barba. As pessoas gostam muito mais dele assim", revelou.

Não é a primeira vez que uma máscara faz um sucesso maior que as outras na fábrica de Olga. "Em 2011, só deu Dilma e Tiririca, por exemplo. Alguns vendem por terem feito coisas boas, outros por fatos ruins, como o Bin Laden, que vende muito desde 2001. Mas esse ano, ninguém vence Joaquim", disse.

25 mil

é o número de máscaras de Joaquim Barbosa produzidas até agora. A fábrica responsável já está confeccionando mais 15 mil.

15 JAN 2013

15 JAN 2013

TRIBUNA DO PARANÁ

Dano moral

O Banco Santander Brasil S.A. foi condenado a pagar R\$ 7 mil de indenização por dano moral a uma cliente, vítima de fraude, em cuja conta-corrente foi efetuado saque de R\$ 600 por terceiro, que também contraiu empréstimo consignado em nome dela no valor de R\$ 1.830.

Horas extras

Pagamento milionário de horas extras no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi um dos motivos que provocaram a exoneração do diretor-geral do TSE, Alcidez Diniz. Homem de confiança da presidente do tribunal, ministra Cármen Lúcia. Dados mostram descontrole no pagamento de horas extras no período eleitoral de 2012. Só em novembro, o gasto com esses adicionais foi de cerca de R\$ 3,8 milhões para pagamento dos 567 funcionários que alegam ter dado expediente fora de hora.

Mais uma

A secretária de Controle Interno e Auditoria do TSE, Mary Ellen Gleason Gomide Madruga, também foi exonerada. Na lista de beneficiários de horas extras, ela aparece como tendo recebido em novembro do ano passado mais de R\$ 26 mil. O TSE informou que já obrigou funcionários a devolver parte do dinheiro recebido de hora extra. O tribunal não detalhou, porém, quantos funcionários precisaram devolver o dinheiro.

Fortalecimento da Justiça aumenta sua visibilidade

Por Marcos de Vasconcellos

A exposição do Supremo Tribunal Federal na imprensa cresceu 116% em 2012, quando comparado ao ano anterior. Levantamento encomendado pelo próprio tribunal e divulgado pelo jornal *Folha de S.Paulo* aponta que, nos principais jornais, revistas, sites e blogs, o STF teve 170 mil menções escritas. A alta visibilidade da corte pode ser verificada no buscador Google Notícias, que, em 0,18 segundos, encontra cerca de 12 mil citações de “Supremo Tribunal Federal” entre publicações recentes.

O julgamento da Ação Penal 470, o processo do mensalão, recebe os créditos pelo “pico de audiência” do Supremo, tendo o número de citações na imprensa, no período das sessões de julgamento, crescido de 33.963 (em 2011) para 91.839. Deixando de lado o poder de gerar audiência de um escândalo político, é um fato que o tribunal vem se preparando para ser mais popular e, até mesmo, buscando essa visibilidade nos últimos tempos.

Um dos exemplos dessa busca por popularidade é a TV Justiça, criada em 2002. A ideia principal do canal pode ser a transparência, mas é certo que ela serve também para criar uma imagem do Judiciário perante a sociedade, ou aproximar a imagem que as pessoas têm da Justiça com o que de fato acontece nos tribunais. A transmissão de julgamentos ao vivo é alvo, inclusive, de críticas, por conta de estar desgastando a imagem das cortes.

A exposição, favorável ou não ao Judiciário brasileiro ou a seus membros, mostra que caiu por terra o ditado de que “decisão judicial não se discute”. As decisões, ao entrar na pauta dos noticiários, chegaram às casas dos brasileiros e tornaram-se assunto em almoços em família, assim como o Direito e seus atores. O assunto gera interesse e o ciclo se completa, com a imprensa buscando mais informações sobre a Justiça e o Direito, para saciar a sede de seu público. O futebol e a religião dividem, agora, espaço com os direitos do cidadão e decisões tomadas pelos seus julgadores.

O aumento da visibilidade pode ser creditado ao aumento do poder real do Judiciário. Desde o restabelecimento do Estado Democrático de Direito, com o fim da ditadura militar, em 1985, e, principalmente, após a promulgação da Constituição Federal de 1988. O Judiciário passou a governar o país, lado a lado (às vezes acima) do Executivo e do Legislativo, decidindo sobre a aplicação das leis e a validade delas. Como exemplo, vale citar que oito em

CONTINUA

CONTINUAÇÃO CONJUR 14 JAN 2013

cada dez leis estaduais ou federais que foram submetidas a julgamento no STF foram consideradas inconstitucionais, conforme citado no Anuário da Justiça Brasil 2012, publicado pelo Consultor Jurídico.

Ver membros do governo petista sendo condenados pela mais alta corte do país serviu para garantir mais alguns minutos no Jornal Nacional, mas a presença diária da Justiça no noticiário não é exatamente uma novidade, talvez seja melhor descrita como um movimento. O poder do Poder Judiciário tem aumentado ano a ano, assim como a influência da aplicação do Direito. Dessa forma, o aumento dos cursos de Direito não são de se estranhar, bem como a produção maior de notícias que exponham as diversas faces da Justiça.

Fórum descentralizado aproxima a Justiça do cidadão em Curitiba

Os efeitos positivos do Fórum descentralizado da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), inaugurado em 1º de outubro de 2012, começam a ser percebidos pela população local. Instalado em espaço amplo, moderno e funcional, o novo fórum levou à população de aproximadamente 200 mil habitantes (dos bairros Augusta, Cidade Industrial, Riviera) serviços nas áreas de Família, Infância e Juventude, além de Juizados Especiais Criminal, Cível e de Fazenda Pública.

O juiz diretor do Fórum da CIC, Diego Santos Teixeira, ressaltou que tem atuado com ações de enfoque restaurativo e de prevenção. "A integração com a comunidade tem surtido muito efeito, em especial na área da Infância, permitindo um contato quase semanal com a rede de proteção e, com isso, casos de bastante gravidade, envolvendo crianças em situação de risco, têm sido resolvidos de forma bastante efetiva", disse.

O magistrado ainda comentou que sentiu uma carência muito grande da comunidade na resolução de conflitos na área de Família e Infância. "O maior benefício é dar acesso à Justiça às pessoas que antes não tinham", destacou.

Um dos principais projetos que está sendo desenvolvido no fórum é o Programa Justiça Comunitária, que atua a partir dos eixos educação para os Direitos, animação das redes sociais (por meio de contatos com instituições locais) e mediação de conflitos, visando à integração do Poder Judiciário com a sociedade civil.

Para Teixeira, o programa tem permitido uma real inserção do judiciário na comunidade. "Estamos planejando e fazendo contatos com muitas instituições, que podem nos auxiliar nesse trabalho de reflexão, cidadania e resolução prévia de conflitos", observou.

Em relação à mediação de conflitos, o programa funcionará, provavelmente a partir do 2º semestre de 2013, da seguinte forma: o agente comunitário será o receptor dos conflitos oriundos dos moradores da região. Após ser comunicado do problema, por uma das partes envolvidas, levará o caso para discussão com os servidores do Núcleo Comunitário, que funciona dentro do fórum, onde serão verificadas as medidas e frentes de atuação adequadas para a solução do problema.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO CNJ 14 JAN 2013

Outra importante parceria, citada pelo magistrado, foi a estabelecida com a Polícia Militar do Paraná, que consiste no encaminhamento dos envolvidos em delitos de menor potencial ofensivo ocorridos na CIC à unidade policial 24h que funciona no fórum. O que possibilita atendimentos já no momento das ocorrências. "O trabalho com a Polícia Militar tem sido muito bom porque podemos analisar o contexto das ocorrências para trabalhar de forma preventiva", afirmou Teixeira.

Conciliação - Foi firmado ainda um convênio com a Faculdade Santa Cruz, que tem atuado por meio de um Núcleo de Práticas Jurídicas instalado no Fórum, com um trabalho focado na conciliação. Para a coordenadora do curso de Direito da Faculdade, Gilmara Funes, com o trabalho no fórum nesses meses, além de ter sido obtido um excelente índice de conciliação, foi criada uma cumplicidade com a comunidade local, "que vem ao fórum muitas vezes apenas para tirar dúvidas, o que seria inviável em uma sede do Judiciário no centro", concluiu.

Dorival Custódio, morador do CIC e primeiro cidadão a ser atendido no Fórum, elogiou a qualidade do atendimento e principalmente a agilidade na resolução de seu conflito. "Menos de um mês depois de eu ter vindo aqui, minha audiência aconteceu e conseguimos resolver o problema com um acordo", conta o jurisdicionado. A seu ver, a instalação do novo fórum foi um presente para a comunidade, que facilitou muito o acesso aos serviços do judiciário.

Do mesmo modo, Antônio Carlos Maciel disse estar muito satisfeito, pois conseguiu resolver seu problema, também por acordo, em torno de 15 dias. "Foi muito rápido e com um atendimento de primeira qualidade. A instalação desse fórum foi uma maravilha para os moradores da CIC", afirmou.

Atualmente, há cerca de 760 processos tramitando no Fórum Descentralizado da CIC, dos quais 358 estão no Juizado Especial Cível e 224 no Juizado Especial Criminal. Já foram realizadas mais de 172 audiências e proferidas mais de 125 sentenças

Fonte: TJPR